

'Bloco feminista é machismo'

ELIANA LUCENA

Elas formam um grupo heterogêneo e fazem questão de não ser apontadas como um bloco parlamentar uniforme, afirmando que esse tipo de rótulo é típico de uma atitude machista, inconcebível num momento em que 26 mulheres parlamentares estão participando da Assembleia Nacional Constituinte. Essas deputadas estão preocupadas com a ênfase dada nos noticiários a situações que nada têm que ver com as idéias que pretendem defender na Constituinte. A falta de banheiro no plenário para as deputadas, a escolha da musa da Constituinte e da mais elegante entre elas são notícias que irritam profundamente a deputada Cristina Tavares (PMDB-PE). "Estão querendo nos transformar em ornamento da Constituinte" — diz ela. Sandra Cavalcanti (PFL-RJ) emenda: "Esta é uma visão machista dos que querem nos ver como dondocas".

O grupo parlamentar feminino vai "da extrema direita à extrema esquerda", como afirma Sandra Cavalcanti, e mesmo nas questões que interessam diretamente à mulher, como planejamento familiar e aborto, há posições divergentes. Sandra, por exemplo, ao longo de sua carreira política, sempre pregou contra o aborto, enquanto a deputada recém-chegada ao Congresso Nacional, Raquel Cândido (RO), também do PFL, e Cristina Tavares defendem a liberação.

A deputada Irma Passoni (PT-SP) faz questão de frisar que "as deputadas não vieram aqui só para defender o direito das mulheres", mas para estar presentes nas discussões de todos os temas da Constituinte. Nesse momento elas estarão divididas na abordagem de vários temas, por posições ideológicas e compromissos partidários. "Caso as mulheres constituintes decidissem se fechar em um gueto no Congresso Nacional correriam um sério risco de se transformar em ornamento da Constituinte" — afirma Cristina Tavares.

Bete Mendes (PMDB-SP) acha que num primeiro momento as mulheres podem ter transmitido a idéia de que estariam dispostas a formar um bloco feminino no Congresso, em função

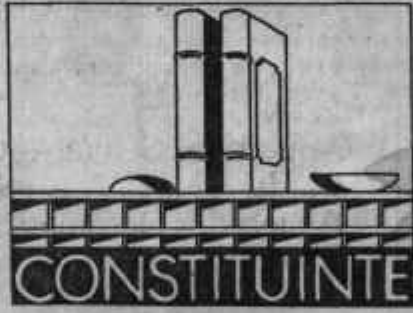


da insegurança de muitas que cumprem seu primeiro mandato. "A Casa assusta quem chega pela primeira vez, o que faz com que se busque apoio mútuo" — afirma Bete. "Mas daí a se falar em bloco parlamentar é querer alimentar um folclore em torno do trabalho da mulher constituinte. Formamos um grupo visivelmente heterogêneo e estas diferenças aparecerão sem dúvida na discussão das questões nacionais."

ESTREANTES

Algumas estreantes, como Raquel Cândido (PFL-RO), não escondem que sofreram um grande impacto com o início da vida parlamentar. Ela afirma

que há uma tentativa "dos grandes" de tirar não só as mulheres, mas os congressistas que chegam pela primeira vez ao Congresso, dos debates importantes. "A discussão da Constituinte é um jogo de cartas marcadas" — queixa-se. "Os grandes tentam a todo custo manter o jogo que já



No plenário, reunião dos que trabalham

LEDA FLORA

O deputado ou senador constituinte que trabalha de verdade está sempre no plenário, atento às sessões, discursando, apertando, votando. Por isso mesmo, sempre que o principal lugar do Legislativo apresenta-se vazio, as críticas surgem de todo lado, concorrendo para o desgaste do único poder representativo do povo nos dias de hoje e para a fama da preguiça e pouco caso dos seus integrantes.

Aparentemente, isso pode parecer uma verdade pouco passível de discussão, mas, se alguém se detiver no acompanhamento de um constituinte durante um dia inteiro, fatalmente descobrirá que ele tem várias outras obrigações, todas elas ligadas ao mandato recebido nas urnas, que muitas vezes impedem seu comparecimento ao plenário.

O deputado Jorge Hage (PMDB-BA) raciocina numa direção oposta ao preconceito que cerca a classe parlamentar, pois afirma que os que costumam passar todo o tempo no plenário, conversando sob o ar condicionado, dão um indicio muito claro da pouca disposição para o trabalho.

Hage dá seu próprio exemplo: num dia desta semana, procurou pela manhã o ministro Ronaldo Costa Couto, do Interior, para tentar resolver o problema de um município balano que está totalmente sem água, em estado de calamidade pública, exigindo uma pronta solução do governo. Ali cumpriu uma função de deputado. Depois, em seu gabinete, redigiu 14 emendas, que apresentou ao regimento da Assembleia, dentro do seu papel de constituinte. À tarde, teve um encontro com um grupo de deputados para a discussão de uma questão política, relativa à soberania dos trabalhos constituintes, e o tempo que sobrou foi aproveitado para assistir parcialmente a uma sessão.

Os constituintes apresentaram cerca de mil emendas ao regimento da Assembleia, um trabalho que não pode ser feito em plenário. Alguns redigiram isoladamente, mas outros reuniram suas bancadas para fixar uma posição partidária, a exemplo do PDT, totalizando 23 horas de reuniões consecutivas, durante as quais almoços e jantares foram substituídos por sanduíches.

Procurar ministros é outra função do deputado ou senador, que es-

está pronto e nós somos uma ameaça a esse tipo de máquina." Ex-vereadora e mulher do ex-deputado pelo Rio Grande do Sul, Magnus Guimarães, ela afirma que já esperava por manobras políticas, mas "não achava que fosse assim".

Outra que chega à Câmara dos Deputados pela primeira vez é Wilma Mala, mulher do senador Lavoisier Mala, ambos do PDS-RN. Dizendo-se de centro, "embora pertença a um partido rotulado como de direita", ela afirma que sua carreira política não cresceu a reboque do nome do marido, que foi governador do Rio Grande do Norte durante o governo Figueiredo. "Consegui conquistar sozinha o meu espaço político — afirma orgulhosa a deputada, que também é contrária à formação de um bloco parlamentar feminino, embora ache importante que algumas questões específicas devam merecer uma articulação entre as mulheres constituintes. Favorável a uma política de planejamento familiar, mas contrária ao controle da natalidade, Wilma Mala quer atuar no debate dos temas sociais na Constituinte.

Definindo a sua posição como "bem no centro, equidistante das posições da direita e da esquerda e tolerante", embora, admite ela, não seja essa a sua imagem, Sandra Cavalcanti (PFL-RJ) afirma que as 26 constituintes ideologicamente "vão da extrema a direita à extrema esquerda, com maior concentração na posição de centro". Ela acha importante que as mulheres constituintes procurem discutir entre si temas que interessem mais diretamente à mulher. Apesar das nuances ideológicas, "há uma abertura para a discussão de vários temas", como a questão do menor, da família, entre outros.

Mesmo contrária à institucionalização de um bloco parlamentar feminino, ela acha natural, até por "afinidade", que as mulheres se agrupem, até mesmo para resolver problemas objetivos, desde conseguir um apartamento ou gabinete até encontrar uma empregada, coisa cada vez mais difícil em Brasília. "Nesse aspecto temos tido muito apoio da Maria Abadia, eleita pelo PFL do Distrito Federal", diz Sandra.

tá sempre pressionado pelo eleitor para atuar como uma espécie de procurador dentro do Executivo. A gama de solicitações é imensa e variada, englobando a instalação de postos de atendimento médico, agências bancárias oficiais, estímulos às produções agrícolas, dentre outras. O eleitor também quer que o deputado ou senador vá à Cacex, por exemplo, saber de importações ou exportações, ou ainda ao Ministério do Trabalho para descobrir se a nova lei de greve sai ou não. Para quem vive de votos alheios, a satisfação a esses pedidos é quase uma ordem.

Outra coisa que pega qualquer político são os telefonemas. Se ficar em seu gabinete, fatalmente receberá várias ligações, que tomam tempo. Ninguém consegue fugir disso. E às vezes o eleitor aparece ao vivo pedindo tudo, como acontece nos gabinetes dos políticos eleitos pelo Distrito Federal.

As articulações políticas também ocupam muito. São as conversas nos gabinetes, nas lideranças partidárias, com grupos identificados ideologicamente e com os grupos de posições contrárias, quando as negociações estão em jogo. Ou então as reuniões de bancadas partidárias. É da essência do trabalho parlamentar. E um trabalho que muitas vezes acaba desaguando numa aspiração popular, como volta da eleição direta para presidente da República.

Neste momento inicial da Assembleia Nacional Constituinte o trabalho plenário não tem maior relevo. O regimento definitivo não está pronto, o que impede a feitura da nova Carta, e existe apenas o chamado "pinga-fogo", cinco minutos para cada orador, sem direito a apertes. Assim, apenas quando a Assembleia estiver efetivamente cumprindo a missão para a qual foi convocada, o plenário será palco de decisões que afetarão a vida do País inteiro.

Mas se de um lado a presença em plenário não pode ser indicio de disposição para o trabalho, de outro constitui apenas uma faceta do vício de ausência de alguns políticos, que não costumam pisar ali e muito menos nos outros locais da Casa. E é, por aí, que o justo acaba pagando pelo pecador, até porque o não-pagamento de jefes aos que não estão no plenário jamais distinguiu se o parlamentar está tranqüilo em seu Estado ou trabalhando numa comissão, discutindo com sua bancada, recebendo um eleitor...